

RESENHA

Em busca de uma atuação empresarial socialmente responsável

A atuação empresarial, em tempos passados, se limitava ao cumprimento do que se ajustava contratualmente e ao respeito às leis, resumidas em quitações de tributos. Os objetivos das companhias comerciais consistiam em alcançar os maiores rendimentos financeiros com os menores custos. Tal postura desencadeou atrocidades no mundo, uma vez que o lucro era perseguido a qualquer custo, inclusive desrespeitando a dignidade humana. Contudo, com os avanços tecnológicos, as transformações sociais e o reconhecimento dos direitos humanos a atuação empresarial se modificou. A priori, pelo respeito aos direitos humanos, conquista que ocorreu de forma paulatina e; a posteriori através de uma atuação condizente com um Estado Democrático. Essas mudanças, que ainda se fazem presentes nos dias hodiernos, é a base da palestra realizada pelo professor da Universidade de Essex e diretor do Essex Business and Human Rights Project, Sheldon Leader, no Seminário UFJF e University of Essex de Direitos Humanos e Empresas, realizado através do projeto DHC – Direitos Humanos e Empresas – nos dias 18 e 19 de Fevereiro de 2013 na Universidade Federal de Juiz de Fora e no dia 20 de Fevereiro de 2013 no Plenário da CAARJ. Em sua apresentação, o Dr. Leader aborda a grande dificuldade, ainda presente, na maioria das sociedades do mundo, em se compreender a função das empresas privadas no que tange a proteção, o respeito e a concretização dos direitos humanos. Diante disso, o ilustre professor promove um debate com vistas à compreensão de como podemos e devemos estruturar uma companhia comercial que seja, concomitantemente, lucrativa e socialmente responsável.

Tal análise da estrutura das empresas é de extrema importância devido a grande influência que elas exercem na vida dos indivíduos, direcionando pensamentos e comportamentos. Esse poder político de influência torna-se bastante relevante para o funcionamento da sociedade, principalmente quando as atividades executadas se referem à produção de bens e serviços vitais a ela. Ressalva-se, que os serviços que contêm esse caráter indispensável são, geralmente, de responsabilidade estatal e que quando são privatizados não devem perder a sua função social. Sendo assim, é coerente afirmar que a privatização não desvincula as obrigações sociais que antes eram atribuições da empresa, gerando uma necessidade de haver uma atuação compatível com a responsabilidade social e os direitos humanos. Estas atribuições são funções da sociedade civil como um todo e não apenas do Estado. Cabe, portanto, aos indivíduos e ao governo exigirem uma atuação das entidades privadas de forma compatível com um Estado Social e democrática de Direito.

Almejando o cumprimento das diversas atribuições sociais, é de fundamental importância que as empresas se reestruturem internamente, visto que, elas sofreram um processo de individualização e fragmentação que praticamente extinguiu sua organicidade. Todavia, conferir às companhias uma atuação social e responsável, visando o respeito aos direitos humanos, não significa que basta reutilizar as velhas responsabilidades com uma

perspectiva nova, mas sim estabelecer novas diretrizes de funcionamento e estruturação que sejam coerentes com a realidade da sociedade atual e estabeleçam uma abordagem democrática nas tomadas de decisões, por meio da cooperação entre os funcionários e os empregadores, assim como, entre a “Empresa – Mãe” e as suas subsidiárias. Ademais, tal reestrutura deve instituir uma nova forma de análise das leis que não se restrinja, somente, a uma literalidade e à quitação de tributos, mas abranja uma interpretação conforme a constituição, com respeito aos preceitos fundamentais que a orientam. Por certo, a reestruturação interna objetiva criar relações de cooperação que propiciem tomadas de decisões de forma democrática, e que refletirá nas relações externas – influência que a empresa exerce sobre os indivíduos e maneira pela qual os objetivos delas se manifestam perante a sociedade – estabelecendo uma aproximação e compatibilização entre as metas empresariais e os interesses sociais. Por conseguinte, as questões conduzidas a debates, por movimentos sociais como a greve, poderão ser facilmente resolvidas, haja vista que será possível o estabelecimento de diálogos democráticos entre os envolvidos, sem a necessidade de atitudes radicais para que os temas relevantes para os funcionários sejam apreciados pelos empresários.

Através desse tipo de atuação e organização das empresas, defendido pelo Dr. Leader, há um resgate da organicidade, porém, adequada ao contexto social atual e com uma nova perspectiva. Essa característica fundamentava-se nas atividades de produção que apesar de distintas se complementam. Hodiernamente, ela verifica-se através da reestruturação interna das empresas, revelando-se pela coordenação das funções realizadas pelas companhias fragmentadas; pela autofiscalização de suas atuações e; pela responsabilidade horizontal que compartilham, devido aos contratos celebrados entre elas, perante as consequências geradas pelas suas atuações. Esse resgate proporciona uma atuação socialmente mais responsável produzindo, dessa maneira, uma publicidade positiva às empresas e, conseqüentemente, atrai a atenção dos consumidores. Devido a isso, o aumento do interesse em promover essa nova estrutura interna nos estabelecimentos empresariais se faz notável, o que é extremamente benéfico à sociedade.

Entretanto, infelizmente, a realidade atual, ainda é a de que a grande maioria das empresas não estabelece entre si essa ligação orgânica; de que as companhias possuem responsabilidades próprias e autônomas de tal maneira que a “Empresa – Mãe” não se responsabiliza pela atuação das subsidiárias a ela e nem mesmo fiscaliza o cumprimento de serviços, de outras companhias, por ela contratados. Além disso, deixa de reconhecer que devem atuar com responsabilidade social e compatibilizar os interesses público e privado. Isso causa um grande problema, pois não há o reconhecimento, por essas instituições, de sua culpa quando ocorre algum prejuízo ao terceiro. Cria-se, por isso, uma enorme dificuldade em se encontrar o responsável, mesmo quando há responsabilidade horizontal entre elas. Verifica-se, portanto, que a ligação orgânica é de extrema relevância, para proporcionar uma maior efetivação da responsabilidade social da empresa e o respeito aos direitos humanos.

A busca pela efetivação dos direitos humanos por parte das empresas, não é função apenas dos Estados e das sociedades civis, mas também de uma instituição que exerça sua influência além dos limites estatais. Neste ponto, devemos redirecionar nossa atenção à ONU

(Organizações das Nações Unidas). Órgão, este, que tem legitimidade para influenciar e interferir, quando assim for necessário, nas mais diversas nações. A esta entidade internacional, cabe a referida atribuição por ser de sua competência a preservação da paz mundial. Visando a efetivação de tal objetivo, a ONU, deve monitorar as relações empresariais em âmbito internacional, inibindo e punindo aquelas instituições que violem os direitos humanos.

Por meio de uma visão plural e evitando a tentação de um posicionamento cômodo e “fácil”, Dr. Sheldon engaja-se na louvável iniciativa de analisar a atuação das empresas mundo a fora, objetivando encontrar soluções para os problemas gerados à sociedade pela irresponsabilidade social das companhias e para a falta de identificação por elas de seu compromisso de respeitar os direitos humanos. Apresenta-nos, como uma viável alternativa a tais dilemas, uma nova organização interna empresarial baseada em ligações orgânicas e tomadas de decisões democráticas, abrangendo não somente a relação patronal, mas também aquela referente a “Empresa – Mãe” e suas subsidiárias. Assim, consegue conciliar o objetivo principal das empresas – o lucro – com uma atuação responsável, moral e ética diante da sociedade.

Desenvolvendo em sua apresentação uma perspectiva de fundamental relevância à interação entre companhias e direitos Humanos, o professor apresenta-nos como ilustração de seu posicionamento duas situações concretas que foram focos de análise no projeto desenvolvido na Universidade de Essex, do qual é diretor, que visa a auxiliar as empresas a promoverem uma atuação responsável.

Partindo do que o Dr. Leader expôs de maneira instigante, muitas pesquisas e projetos se apresentam como necessários para o maior desenvolvimento dessa e de outras soluções para as questões supra apresentadas, com o intuito de galgar atuações empresariais mais condizentes com um Estado Democrático de Direito.

*Ana Paula Albuquerque Carneiro*

*Fernando Antônio Carneiro Júnior*